

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41601	54605/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 1/2024/2301/0

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Avaliação Técnica, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/41364 de 16 de Dezembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

A entidade requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 16/12/2025, Maria Filomena Carvalho Ferreira, na qualidade de Chefe Divisão de Avaliação Técnica: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 1/2024/2301/0

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RE-15821 DE 18.07.2025

REQUERENTE: SGconsult, LDA.

LOCAL DA OBRA: RUA DE SÃO GONÇALO nº 20/22
UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA
(SÃO JOSÉ DE SÃO LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Sérgio Carvalho, Arqto.

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

1.1. A entidade requerente apresenta através dos registos nº 2025-E-RE-15821 de 18.07.2025 e 2024-E-RE-4047 de 05.12.2024, resposta ao Ofício 14911/2024 de 21.05.2024, referente à obra de reconstrução e ampliação de edifício, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua de São Gonçalo nº 20 e 22, União das Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1591/20080826, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 108.

1.2. A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea d) do número 2 do Artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

2. ANTECEDENTES:

Para o local da pretensão localizaram-se os seguintes antecedentes:

2.1. Processo nº 1/2024/2301/0

2.2. A pretensão mereceu parecer técnico **Não Favorável** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2024/634284 (C.S:1731591), com despacho de 10.05.2024.

2.3. Informação técnica da DAT nº I/48050/DAT/2024 de 16.05.2024.

2.4. A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2025/639317 (C.S:1744848), com despacho de 15.01.2025.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1. A obra está implantada em Espaço Central, UOPG 14, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º11741/2015, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º201, de 14 de outubro.

3.1.2. A pretensão encontra-se em ZEP do edifício Recolhimento de Santa Maria Madalena ou Convertidas e ZGP da Praça Mouzinho de Albuquerque (ou Campo Novo), IPP.

3.1.3. A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica.

3.1.4. A pretensão insere-se na área de aplicação do Título III - Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, constante no Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento nº 973/16, publicado no Diário da República, 2ª Serie – nº 206, de 26 de outubro.

3.1.4. A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana – ARU Espaço Central, conforme Aviso nº 9460/2023, publicado no Diário da República, 2ª Serie – nº 93, de 15 de maio.

3.2. Instrução do processo:

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise, conforme informação DPU nº 2025-19749 de 05.08.2025.

3.3. Pareceres das entidades internas ao município:

Informação técnica da Unidade de Arqueologia nº 35972/2024 de 15.04.2024.



3.4. Pareceres das entidades externas ao município:

A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2025/643463 (C.S:1756378), com despacho de 01.08.2025.

3.5. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar de Braga:

3.5.1. A entidade requerente apresenta proposta de intervenção sobre edifício constituído por estruturas arquitetónicas tradicionais (com traça aparentemente anterior ao séc. XIX) em mau estado de conservação (conforme verificado no levantamento fotográfico apresentado), propondo a sua reconstrução, alteração e ampliação de forma a adaptar o mesmo a um novo programa funcional, de modo a constituir um total de **5 frações autónomas**, destinadas a habitação de tipologias (2x) T0, (1x) T1 e (2x) T2 Duplex).

3.5.2. De modo a dar cumprimento ao programa base definido, a entidade requerente procede a alteração do número de pisos, de meia cave, rés-do-chão e andar e aproveitamento do vão da cobertura, para duas caves, rés-do-chão, 2 pisos e aproveitamento do vão da cobertura através da execução de uma mansarda (alçado principal), e piso a tardoz.

3.5.3. A intervenção proposta indica manutenção da imagem primitiva da fachada principal, a preservação do arranque da escada em granito (com valor em ser preservada) e a abertura de um portão para acesso à garagem de modo dissimulado, solução que durante a execução da obra (em particular na fase anterior aos trabalhos de abertura) deverá ser objeto de análise no local para aferir a melhor metodologia a adotar, conforme indicado em informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura de 31.07.2025.

3.5.4. A implantação do edifício respeita as condicionantes definidas no nº 9 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga, não ultrapassando 70% da superfície total da parcela.

3.5.5. Analisados os elementos apresentados, considera-se que a imagem proposta respeita as características exteriores do conjunto envolvente e promove a correta articulação com os edifícios contíguos, conforme definido no nº 4 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.5.6. Eventuais alterações à pintura ou aos materiais de revestimento propostos para o tratamento exterior das fachadas, conforme projeto de arquitetura apresentado, carecem de aprovação prévia por parte do município.

3.5.7. Ao abrigo do disposto na alínea a) do Artigo 106.º do regulamento do PDMB, a presente operação urbanística está isenta do cumprimento dos parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento aí definidos, contudo indica a execução de um lugar de estacionamento privativo cobertura afeto a fração habitacional A.

3.5.8. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura**.

3.6. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o regulamento do PDMB (3ª Revisão – submetido a discussão pública):

3.6.1. A obra está implantada em Espaço Central 1, conforme carta de classificação e qualificação do solo.

3.6.2. A proposta de intervenção cumpre as condições gerais de edificabilidade previstas no nº 2, nº 4, nº6, nº 8 e nº 9 do Artigo 59º do RPDM.

3.6.3. Analisados os elementos apresentados, considera-se que a imagem proposta respeita as características exteriores do conjunto envolvente e promove a correta articulação com os edifícios contíguos, conforme definido no nº 4 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.6.4. Ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 1 do Artigo 79º do RPDM, aceita-se a isenção do cumprimento os parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento público e privado, contudo indica a execução de um lugar de estacionamento privativo cobertura afeto a fração habitacional A.

3.6.5. Eventuais alterações à pintura ou aos materiais de revestimento propostos para o tratamento exterior das fachadas, conforme projeto de arquitetura apresentado, carecem de aprovação prévia por parte do município.

3.6.6. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura**.

3.7. Outros aspetos regulamentares:

3.7.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

3.7.2. Ao abrigo do disposto no nº 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.7.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.



4 PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

4.2. Ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, caso haja deferimento da pretensão, julga-se de comunicar a entidade requerente para, no prazo máximo de seis meses, apresentar os projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

4.3. Alerta-se a entidade requerente que, a emissão de comprovativo de licença e pagamento de taxas, fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de arqueólogo, via Portal do Arqueólogo.

4.4. Comunique-se o teor da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura.

Remete-se para consideração superior.

NOTA:

Pese embora se encontrem suspensos os procedimentos urbanísticos com o início do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado em Diário da República através do 23709/2025/2, de 25 de setembro, em conformidade com o Artigo 145.º do RJIGT e Artigo 12.ºA do RJUE, considera-se que o presente procedimento, pedido de licenciamento ao abrigo da alínea d) n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, enquadrando-se na exclusão da suspensão de procedimentos, conforme explanado no parecer jurídico emitido pela Prof.ª Doutora Fernanda Paula Oliveira, comunicado ao serviço pelo Sr. Diretor Municipal, Dr. Zamith Rosas em 06/01/2025.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Assunto : Edifício sito Rua de São Gonçalo, 20 e 22, União das Freguesias São José de São Lázaro e São João do Souto, Braga.

Requerente : SGconsult, Lda.

Local : Rua de São Gonçalo Nº 20/22, União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, Braga.

**Servidão
Administrativa :**

Inf. n.º: S-2025/643463 (C.S:1756378)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2024/03-03/452/POP/134386
(C.S:277688)

Data Ent. Proc.: 28/07/2025

Diretor da Unidade de Cultura da CCDR Norte I.P, Paulo Sérgio Moura a 01/08/2025

Parecer favorável condicionado ao exposto na informação de arqueologia. Conformado contemplado na informação de arquitectura, durante a execução da obra, em particular na fase anterior aos trabalhos de abertura do portão no rés-do-chão, deverá realizar-se reunião no local para aferir a melhor metodologia a adotar.

PARECER DE ARQUITETURA

Servidão administrativa:

Zona Especial Proteção: MIP - Monumento de Interesse Público, Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas, Portaria n.º 665/2012, DR, 2.ª série, n.º 215, de 7-11-2012; Zona Geral de Proteção da Praça Mouzinho de Albuquerque (ou Campo Novo), IIP - imóvel de interesse público, Portaria n.º 443/2006, DR, 2ª Série, nº 49 de 9 março 2006.

Enquadramento Legal:

O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do nº 8 do artigo 6º, do nº 2 do artigo 6º A, do nº 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes:

Respeita o processo em apreciação a intervenção em edifício sito na Rua de São Gonçalo nº 20 e nº 22, Braga.

Os anteriores processos mereceram emissão de parecer não favorável e favorável (arquitetura) por Despacho Superior de 10.05.2024 e de 15.01.2025, respetivamente.

2. Avaliação Patrimonial:



Trata-se de uma edificação de reduzida dimensão, com traça aparentemente anterior ao século XIX. No seu interior é visível o arranque da escada em granito, com valor em ser preservada.

Globalmente apresenta mau estado de conservação.

3. Proposta:

Conforme referido, pretende-se uma ampliação do número de fogos de habitacionais (3 T2 e T0), do número de pisos, de meia cave, rés-do-chão e andar e aproveitamento do vão da cobertura, para duas caves, rés-do-chão, 2 pisos e aproveitamento do vão da cobertura através da execução de uma mansarda (alçado principal), e piso a tardoz.

Do ponto de vista estrutural adota sistema de betão armado nos pisos, de modo independent das fachadas a preservar e madeira na cobertura. O telhado será finalizado a telhas de abacau. As caleiras e tubos de queda das águas pluviais serão de zinco. As paredes serão finalizadas a reboco pintado a branco (pré-existent), as caixilharias de madeira para pintar. Os gradeamentos serão metálicos para pintar à cor branca. Ao nível do rés-do-chão, a solução indica a abertura de um portão para acesso à garagem de modo dissimulado, e alteração da porta de entrada.

O piso a ampliar (alçado principal) será revisto a chapa canelada para pintar.

A tardoz prevê um desenho contido, com vãos predominantemente verticais, varandas guardas verticais metálicas simples.

Junta as seguintes alterações ao projeto:

“Nos pisos 2 e 3, foram efetuadas algumas alterações, nomeadamente na Fração E, que foi totalmente redimensionada;

No piso 2, a parte traseira foi alterada de forma a garantir o afastamento em relação à construção vizinha localizada a sul”.

4. Apreciação da proposta:

Apreciada a alteração à proposta, verifica-se que a mesma reduz em parte a profundidade da edificação, mantendo no entanto o mesmo princípio de revestimento das paredes e demais acabamentos a tardoz, pelo que nestes termos é aceitável.

5. Conclusões:

Propõe-se a reiterar a emissão de parecer favorável.

Durante a execução da obra, em particular na fase anterior aos trabalhos de abertura do portão no rés-do-chão, deverá realizar-se reunião no local para aferir a melhor metodologia a adotar.

BRG2025/03034

31 de julho de 2025

À Consideração Superior.

O Técnico Superior

João Garrido



DSBC: 2024-452

CS: 1756164

Servidão administrativa: ZP, Praça Mouzinho de Albuquerque, IIP

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativa conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do nº 8 do artigo 6º, do nº 2 do artigo 6º-A, do nº 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1.Enquadramento / antecedentes: Pretende-se a reconstrução e ampliação de um edifício localizado na Rua de S. Gonçalo, nº 20 a 22, em Braga, destinando-o a habitação multifamiliar. Localiza-se numa área com sensibilidade arqueológica devido à proximidade dos antigos aro da cidade romana e da cidade medieval, bem como das antigas viações de período romano. Apresenta aditamento com alterações ao projecto. Em termos arqueológicos nada há a alterar relativamente à nossa apreciação anterior.

2.Caracterização da Proposta: Não se aplica.

3.Apreciação da proposta: A pretensão implica significativas intervenções a nível do solo para novas fundações e cave, pelo que se entende que a possibilidade de interferência com eventuais vestígios arqueológicos é apreciável. Assim, se considera que o projecto de arquitectura só poderá ser validado após a realização de sondagens arqueológicas de avaliação prévia, e em função dos resultados das mesmas, sendo que esta medida terá por objecto a identificação de eventuais vestígios arqueológicos para seu estudo e salvaguarda, podendo ainda para o mesmo efeito ser necessário recorrer-se a outras metodologias arqueológicas complementares. Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido à tutela (via Portal do Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização. Deverá haver uma estreita coordenação entre os trabalhos arqueológicos e o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga. No final dos mesmos com a aprovação do respectivo relatório final, ou outros documentos congéneres preliminares, deverão ser remetidas cópias desses documentos, uma vez validados pela tutela, ao Gabinete de Arqueologia Municipal.

4.Proposta de Decisão: Propomos um parecer condicionado, nos termos da presente informação.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior
Pedro Baère de Faria
CCDRN, 30/7/2025



Processo: 2301/ 2024

Requerimento: 24020/2024

Requerente: SGconsult, Lda

Local da obra: - Rua de S. Gonçalo - 20-22 - União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Assunto: Licenciamento - Obras de Edificação - Arquitetura

Informação técnica N.º: 35972/2024

Técnico responsável: Armandino Baptista Cunha

Data: 15/04/2024

Informação técnica:

1. A presente informação, relaciona-se com o documento com o número de entrada 24020/2024.
2. A solicitação em referência, possui por objetivo o licenciamento de obras de demolições e reconstrução/ampliação de um imóvel, situado em zona urbana cujas intervenções no subsolo encontram-se condicionadas arqueologicamente.
3. Programando o projecto de arquitectura em licenciamento, substanciais alterações do subsolo existente (execução de uma cave), propõe-se que, todas as obras, com impacto no mesmo, sejam previamente sondadas arqueologicamente, trabalhos estes, devidamente autorizados, para o efeito, pelo Património Cultural-I.P. .
4. Mais se propõe que:
 - a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º 5, do Código Regulamentar do Município de Braga).
 - b) O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica (Artigo B-3/9.º, n.º 6 do Código Regulamentar do Município de Braga).
5. À luz do disposto nos n.ºs 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de Setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.
6. Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

N.I. A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. L n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no De. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º 115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2).



PROCESSO: 1/2024/2301/0

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-15821

REQUERENTE: SGconsult, Lda

LOCAL DA OBRA: Rua de S. Gonçalo - 20-22 - União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

ASSUNTO: Licenciamento - Obras de Edificação - Arquitetura

DU - DGPU [GP5]

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

1.1. A entidade requerente, através do requerimento registado com o n.º 2024-E-RE-4047 de 05/12/2024, apresenta documentação que visa dar resposta ao teor da informação registada com o n.º I/48050/DAT/2024, de 16/05/2024, comunicada através do ofício registado com o n.º 14911/2024, de 21/05/2024, relativos à obra de reconstrução e ampliação de edifício e constituição de propriedade horizontal, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua de São Gonçalo n.º 20 e 22, União das Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1591/20080826, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 108.

1.2. Posteriormente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-15821 de 18/07/2025, a entidade requerente, realiza uma **junção de elementos por iniciativa própria** para aperfeiçoamento do anterior requerimento.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL

Nos termos do disposto no n.º 2, do Artigo 4.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de **licenciamento de obras de edificação** por se enquadrar na alínea d), obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação

3. CONSULTAS A ENTIDADES E/OU SERVIÇOS



Constata-se que o prédio é parte integrante da Zona Especial de Proteção do Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas e da Zona Geral de Proteção do Conjunto da Praça de Mouzinho de pelo que a presente operação urbanística carece de prévio parecer da Unidade de Cultura da CCDR-N Norte I.P.



4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Analizados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de licenciamento **se encontra corretamente instruído** de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 17 do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

5. PROPOSTA

Face ao atrás exposto, propõe-se a prossecução do processo para **análise urbanística**.

Vânia Domingues

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

